A CULTURA DO CANCELAMENTO NA INTERNET E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO.

THE CULTURE OF CANCELLATION ON THE INTERNET AND FREEDOM OF EXPRESSION.

Maria Aparecida dos Santos Lima¹
Cássia Myssia Belarmino Freitas²
Éverson Cléber de Souza³

Resumo: O artigo científico trata da cultura do cancelamento que, ao longo dos anos, vem chamando bastante atenção por sua proporção e efeitos. O objetivo desta pesquisa é entender, no âmbito legal, até que ponto vai a liberdade de expressão e a partir de que instante poderá ser considerado um abuso de direito. Logo, a finalidade é apresentar as consequências dessa cultura para ambas partes, o cancelador e o cancelado, e como a mídia e a sociedade contribuem para o favorecimento desta prática. Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujos meios utilizados se baseiam em análises bibliográficas, legislativas e jurisprudenciais. De início, realiza uma abordagem sobre a liberdade de expressão no Brasil, contextualizando com os seus limites. Em seguida, expõe a cultura do cancelamento, tratando acerca da influência da mídia social no cotidiano, o conceito da cultura do cancelamento através de alguns casos reais. Em pó, é destacado a cultura do cancelamento como limite à liberdade de expressão, suas as consequências e jurisdição. Conclui com o levantamento dos efeitos cíveis e penais e, ainda, a prática cancelamento nos tribunais.

Palavras-chave: Cultura. Cancelamento. Liberdade. Expressão.

Abstract: The scientific article deals with the culture of cancellation, which, over the years, has drawn a lot of attention for its proportion and effects. The objective of this research is to understand, in the legal sphere, what the limit of freedom of expression and from which mode it can be considered an abuse of rights. The purpose is to present the consequences of this culture to both parties, the canceler and the canceled, and how the media and society contribute to the favoring of practice. This is a descriptive research, whose means used are based on bibliographic, legislative and jurisprudential analyses. At first, it performs an analysis on freedom of expression in Brazil, contextualizing with its limits. It then exposes the culture of cancellation, dealing with the influence of social media on everyday life, the concept of the culture of cancellation through some real cases. The culture of cancellation is highlighted as a limit to freedom of expression, its consequences and jurisdiction. It concludes with the survey of civil and criminal effects and, also, the practice of cancellation in the courts.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Potiguar de Mossoró, do Estado do Rio Grande do Norte (UNP) E-mail: cassiamyssia@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Potiguar de Mossoró, do Estado do Rio Grande do Norte (UNP) E-mail: aparecida_lima-@hotmail.com

³ Professor Orientador: Éverson Cléber de Souza. Mestre em Ciências Sociais e Humanas e Professor.

Keywords: Culture. Cancellation. Freedom. Expression.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a cultura de cancelamento na internet e a liberdade de expressão prática comum na atual sociedade. Tal fenômeno ganhou força a partir de 2017 e têm por finalidade “boicotar” ou “cancelar” pessoas nas redes sociais após terem se posicionado sobre algum assunto, seja ele viral ou não. Esse cancelamento é a partir de determinado fato ou conduta exercida pelo indivíduo e não tolerada por uma parcela da sociedade que acredita possuir uma legitimidade de “sentenciar” pessoas através de comentários ou postagens. Os motivos são inúmeros, abrangendo desde um comentário ou atos racistas, homofóbicos, machistas e até uma simples discussão entre pessoas, sendo famosas ou algum anônimo que teve uma posição divergente que a dos demais.

Apesar da importância de cada causa e “bandeira levantada”, o volume de informações compartilhadas é demasiadamente alto e, ligeiramente, a pessoa se torna uma espécie de acusado e perseguido perante a sociedade, virando alvo de ameaças por desconhecidos e até mesmo perfis falsos, criados com o objetivo de “cancelar”.

Por conseguinte, muito se questiona a legitimidade dessa cultura. A partir de uma análise dialética, há quem diga que é uma prática que os fins justificam os meios, mas também, é dito exatamente ao inverso. O intuito deste artigo é justamente buscar o ponto em que uma prática aceita na sociedade se torna passível de gerar responsabilidade civil por infringir direitos, principalmente a honra e a imagem, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e no Código Civil de 2002 (CC/2002), além do fundamento constitucional da dignidade da pessoa.

O trabalho foi elaborado em três tópicos, sendo que o primeiro foi destinado a uma abordagem dos limites da liberdade de expressão expressos nas Constituições brasileiras, com ênfase da Constituição de 1988. Dando continuidade ao texto, o segundo tópico dispõe sobre a cultura do cancelamento e seu conceito, como também, a influência da mídia social no cotidiano e, por último, o terceiro tópico analisa os efeitos da cultura do cancelamento na liberdade de expressão e suas

consequências.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, a partir de leitura de obras, artigos jurídicos e filosóficos, em especial a fundamentação da liberdade prevista nas constituições passadas e a vigente; como também todo nosso ordenamento jurídico, além do levantamento de matérias destacadas na imprensa sobre alguns casos de cancelamento que ganharam notoriedade e a legislação que surgiu após alguns fatos atingir grandes proporções.

Almeja-se prover o estudo de um tema de alta relevância nos tempos atuais e que, até o momento, ainda se encontra em situação de inércia quanto a sua positivação pelo ordenamento jurídico pátrio.

1 DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A presença da liberdade de expressão na lei é uma conquista da humanidade, pois apoia os direitos fundamentais. Por isso, a manifestação de pensamentos faz parte de resoluções da ONU, convenções internacionais e da estrutura legislativa de uma série de países democráticos.

No Brasil, esse conceito é um dos que sustenta a existência da democracia, pois cessa a ideia de censura que marca os governos autoritários. Neste sentido, verifica-se que a liberdade, no que se refere ao seu conteúdo, assinala-se por não haver submissão a outrem, no fato de não estar sob o controle de terceiros e de não sofrer qualquer tipo de restrição impositiva, sejam elas do Estado ou de outro indivíduo. Verifica-se, portanto, segundo George Burdeau (1972), uma inequívoca conotação de restrição dirigida a todos em sociedade, assegurando ao indivíduo o exercício da sua autodeterminação, sendo a liberdade na sua afirmação “a ausência de todo e qualquer constrangimento” (BURDEAU, 1972, p. 10).

1.1 A liberdade de expressão no Brasil

A liberdade de expressão é a forma do ser humano expressar suas ideias sem medo de coerção ou represálias, dito isso, essa é uma das razões por que a liberdade de expressão é premissa para qualquer governo democrático.

Dessa forma, o histórico da liberdade de expressão no Brasil pode ser considerado um pouco caótico, já que ao longo dos anos sofreu uma série de

restrições com a implantação de regimes ditatoriais, tendo em vista que o território nacional possuía como regimes a monarquia e o império. Além disso, toda troca e acesso à informação era controlado por quem estava no poder.

Ao passar dos anos com o encerramento da monarquia no Brasil, vieram oficializar um documento instruindo a nova república, que seria a Constituição Federal de 1891, a partir disso, já poderia ser notado algumas mudanças, mas com um longo caminho a ser percorrido.

Em 1934 o país passa por uma ditadura onde a liberdade de expressão foi cerceada, todas as informações eram controladas pelo governo Vargas e, quem se opunha às ordens, logo eram presos. Uma censura sem tamanho e mesmo após o término do antigo governo, a censura persistia. Todavia, entrou em vigor a Lei de Imprensa, com alguns lados positivos como o fato de acrescentar radiodifusão e agências de notícias aos meios de difusão midiáticos.

A liberdade de se manifestar só conseguiu sua garantia plena após a derrota da ditadura e a implantação de um Estado Democrático de Direito, firmados pela Constituição de 1988 que está em vigor até os dias hodiernos.

A Carta Magna de 1988 marcou a redemocratização do Brasil, garantindo direitos fundamentais a todos os cidadãos, regida pelos princípios de soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, a lei ampliou a liberdade individual, impulsionando a liberdade de expressão.

O trecho mais explícito sobre a garantia desse direito está no Art. 5º, inciso IV da Constituição Federal, onde aborda que "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

No que diz respeito à parcela destinada à dignidade humana, significa que a liberdade de expressão é um requisito imprescindível para que cada um possa se expressar, sem censura e manifestar seus pontos de vista. Valendo para os mais variados assuntos, desde que essas opiniões não afetem outros direitos.

Já em relação ao âmbito da estrutura democrática do Estado, quer dizer que a liberdade de expressão assegura a pluralidade de posicionamento de diferentes vertentes políticas e ideológicas dentro dos limites da Constituição.

Em síntese, na prática, é uma condição necessária para o exercício da cidadania, influenciando no crescimento de uma nação mais democrática e para a consolidação de uma sociedade mais livre.

1.2 Limites à liberdade de expressão

A Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso X, afirma ser inviolável a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação. Ter liberdade de expressão não implica na admissão de ofensas, calúnias, invasões, danos materiais e morais sem nenhuma punição.

Diante disso, ao vedar o anonimato, a carta magna exige que, quando expressar sua opinião e pensamento, seja exposta sua identificação.

Entretanto na esfera virtual, os usuários se aproveitam dos mecanismos oferecidos na internet, para compartilhar suas falas e comentários se escondendo por trás de perfis falsos, justamente para não se responsabilizar pelo dano. Contudo, embora o ambiente virtual passe essa sensação de anonimato e que apesar de ser conhecido como “terra de ninguém”, as leis têm a mesma eficácia.

Por isso, quem utilizar o meio virtual para manifestar insultos, mentiras, discursos de ódio e diversos comentários que propaguem a violência está sujeito a responsabilizar-se civil e criminalmente pelo ato cometido.

2 DA CULTURA DO CANCELAMENTO

A cultura do cancelamento é uma forma de exclusão de um indivíduo, grupo ou marca, logo, tem se tornado cada vez mais comum nas redes sociais. Esse movimento surge como uma forma de criticar e dar visibilidade para questões relacionadas a atitudes, posicionamentos etc que os usuários determinam ser inaceitáveis na sociedade.

2.1 A influência da mídia social no cotidiano

Ao falar acerca da cultura do cancelamento nos dias atuais é comum compreender o papel da mídia em seu entorno, influenciando na forma de viver; com isso, destaca-se o entretenimento que é peça chave para descrever o cotidiano social e conseguir entender os indivíduos para identificar as formas sociais e ideologias presentes nessa sociedade. Com isso, cabe refletir acerca desse termo pertinente nos

dias de hoje.

Nessa direção, observa-se que a finalidade dessa conduta é boicotar, principalmente famosos, a fim de que não saiam impunes de uma ação em que alguns internautas acreditam estar equivocada, deixando, de alguma forma, algum comentário negativo contra a pessoa em questão (CARVALHO E SILVA, 2020).

Diante do exposto, é notória a intensificação do uso das redes sociais para inúmeras finalidades, visto a facilidade de diversos novos usuários em fazer as contas virtuais. Também cabe salientar que os comércios estão se adaptando no âmbito virtual. As lojas físicas, por exemplo, têm a modalidade online para atrair clientes e efetuar vendas, aderindo à publicidade digital, por meio de famosos e influenciadores. Por fim, torna-se uma forma de renda que utiliza o meio de comunicação para promover marcas e produtos.

Não obstante, não há um manual de restrições do que deve deixar de fazer no mundo virtual e, apesar de muitos aplicativos e demais programas já identificarem mensagens maliciosas, ainda não é um método de total eficácia e, com isso, facilita para aqueles que tem o objetivo de propagar mensagens de ódio e atacar pessoas na internet - gerando um grande constrangimento e, muitas vezes, consequências irreversíveis.

2.2 Conceito da cultura do cancelamento

A cultura do cancelamento é uma forma de exclusão de uma pessoa, um grupo ou marca em posição de poder e influência após terem atitudes consideradas problemáticas ou erradas (GUIMARÃES, 2021). Em outras palavras, como afirma o colunista João Batista Jr, cancelar qualquer pessoa, anônima ou famosa, é um evento implacável e violento – mesmo que amparado em razões teoricamente justas. É um ato discriminatório, que pode despersonalizar a pessoa, sendo bastante cruel, já que pode trazer danos irreversíveis para a vida pessoal da vítima.

Todavia, vale mencionar que as redes sociais detêm o poder de criar uma identidade, podendo ser para o bem ou mal e, querendo ou não, é exposto para o público, podendo ser limitado, mas de qualquer forma, não elimina a potência de um movimento de cancelamento.

Em síntese, para evitar tal tragédia, é importante que as pessoas prezem pela empatia no meio social, pois na contemporaneidade basta uma opinião fora do comum

ou algo que aconteceu há anos para que seja motivo de cancelamento. Destarte, ao invés das pessoas usarem a internet como um meio de expor a vida pessoal de outros indivíduos, deveria ser usado para a justiça social, dando ênfase na visibilidade e amplificação das necessidades sociais, assim também como lutar pela preservação ambiental, entre outras pautas importantes para o bem comum.

2.3 Análise de casos reais

A busca pela popularidade, fama e poder cresceu nesta geração, trazendo inúmeras consequências aos jovens, incluindo a cultura do cancelamento. O dicionário Merriam-Webster dispõe que a definição do termo "cancelar" é "destruir a força, efetividade ou validade", ou seja, o intuito da crítica à pessoa "cancelada" é destruir sua força e efetividade. André Dória, psicólogo psicanalista da Holiste Psiquiatria (Holiste excelência em saúde mental, matéria online, 2021), relata sobre o tema:

A psicanálise já nos ensinou que, muitas vezes, precisamos eleger um mestre imaginário para justamente poder destruir a relação com ele. Há uma forma de satisfação perversa nesse movimento: quando aquele, ou aquela, que elejo como referência não satisfaz às minhas projeções, eu elimino. Cancelo. Como as redes sociais são uma profusão de ídolos para todos os ideais, trazem também a profusão do efeito reverso: o ódio pelo ideal frustrado.

Logo, o discurso de ódio espalhado nas redes sociais está conectado a uma maneira de satisfação maléfica que transforma a admiração em ódio. Quando os usuários das redes sociais tornam uma celebridade, criam expectativas e acreditam nos seus princípios e ideais, tornando-os uma espécie de representantes da geração cibernética. Contudo, nem sempre esses representantes vão ter condutas exemplares, podem errar como todos os seres humanos e, com isso, vem o sentimento de frustração dos seus seguidores e, devido a esta conduta, são julgados e penalizados pelo "tribunal da internet", termo utilizado pelos indivíduos que utilizam as redes sociais.

Os discursos de "cancelamento" versam sobre atos considerados incorretos pela sociedade, como homofobia, racismo, machismo, xenofobia, intolerância religiosa, entre outros, transferindo sentimento de indignação por aquela ação executada. Não obstante, as críticas extrapolam o limite de construtivo e passam para

a seara de linchamento e massacre do indivíduo perante a sociedade. A seguir, cita-se casos reais de vidas que foram impactadas pela cultura do cancelamento:

Dia 03 de agosto do ano 2021, foi uma data muito reflexiva e triste, o adolescente Lucas Santos de apenas 16 anos, conhecido por ser filho da cantora Walkyria Santos, cometeu suicídio ao ser alvo de comentários homofóbicos por vídeo postado em rede social (Purepeople, matéria online, 2021). Em discurso através do perfil do Instagram, a mãe alertou:

Hoje eu perdi meu filho, mas preciso deixar esse sinal de alerta aqui. Tenham cuidado com o que vocês falam, com o que vocês comentam. Vocês podem acabar com a vida de alguém. Hoje sou eu e a minha família quem chora. Eu te amo para sempre meu filho Lucas Santos, eu te amo meu filho.

A dor repassada pela mãe em suas redes sociais, emitiu um alerta para as pessoas terem cautela ao emitir comentários negativos sobre a vida de alguém, pois ninguém sabe o que realmente passa na cabeça de cada indivíduo, quais traumas e dores que ele carrega. Só apontam aquele erro e o condenam, esquecem os riscos de que um simples comentário postado pode pôr fim a uma vida.

Dia 27 de Abril de 2020, em período pandêmico da COVID-19 e no auge do isolamento social, a influenciadora Gabriela Pugliesi realizou uma festa com amigos e publicou em suas redes sociais. Em vista disso, a conduta foi considerada ofensiva, irresponsável e feriu diversas pessoas que perderam seus familiares no período, a influencer pediu desculpas aos seguidores, porém, não adiantou e foi alvo do “cancelamento”. As consequências desse ato, gerou a perda de inúmeros fãs, chegando a suspender sua conta por um período, devido aos ataques e a rescisão de contratos publicitários com mais de 10 marcas, estimando-se um prejuízo financeiro de três milhões de reais, além de várias consultas terapêuticas para superar o trauma vivido (Forbes, matéria online, 2020).

A cantora Karol Conká participou do reality show Big Brother Brasil, no ano de 2021, devido a sua conduta dentro do programa, preconceituosa e tóxica, obteve recorde de votação, cujo índice foi de 99,17% de rejeição. A cantora era aclamada em suas redes por propagar discursos feministas, combate ao racismo e luta pelas minorias. No entanto, no decorrer do programa, demonstrou atos totalmente contrários e prejudiciais aos participantes, em ênfase, Lucas Penteadinho que pediu desistência do programa por não aguentar os ataques da cantora, tornando-a vilã do reality. Segundo a revista Istoé, isso demonstrou que “os canceladores também

podem ser cancelados” (Istoé Gente, EDIÇÃO Nº 2731 27/05, 2021).

A conduta da cantora dentro do reality, serviu de espelho para as pessoas enxergarem a realidade da cultura do cancelamento, pois, estava acontecendo perante os seus olhos em um programa televisionado. Por conseguinte, entenderam o quanto é prejudicial, causando nos participantes os sentimentos de isolamento, exclusão social, invisibilidade, fracasso e ansiedade, preferindo até desistir do seu sonho por não aguentar mais aquela rotina.

A cultura do cancelamento, em alguns casos traz consequências irreparáveis à psique da pessoa cancelada, gerando transtornos de ansiedade, pânico, depressão e abusos de substâncias químicas, como refúgio a rejeição sofrida. Além disso, prejuízos financeiros, rompimento de patrocínios, diminuição de fãs e da sua moral na rede.

3 DA CULTURA DO CANCELAMENTO COMO LIMITE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

É evidente a intensificação da utilização das redes sociais na sociedade, porém, como é assegurado a liberdade de expressão, algumas pessoas acreditam que não existe um limite e aproveitam desse parâmetro para propagar mensagens de ódios e compartilhar informações que podem prejudicar a vida pessoal do indivíduo.

Ao adentrar no meio virtual, é sabido que a resposta social ao cancelamento é bem rápida e que da mesma forma acontece uma mobilização de usuários com intuito de “boicotar” que seria um ato de excluir determinadas pessoas das redes sociais. Em alguns casos, as pautas levantadas são nobres, o problema é quando começa o extremismo e a prática de crimes contra honra, ameaças, agressões, além de possível desencadeamento de problemas psicológicos nas pessoas “canceladas”.

Dessa forma, urge a discussão se a cultura do cancelamento estaria dentro do exercício da liberdade de expressão ou se seria apenas uma vingança privada, que se baseia no moralismo ideológico ou cultural para mover a indignação das pessoas, despertando nelas a necessidade de uma reação punitiva, algumas vezes não condizente à ofensa e muitas vezes alheias ao Direito (HONDA; SILVA, 2020)

3.1 As consequências do cancelamento

Como afirma o advogado Alan Dershowitz, a cultura do cancelamento pode acabar com carreiras, destruir legados, separar famílias e até mesmo causar suicídios (DERSHOWITZ, 2020, p. 19). Não obstante, como citado anteriormente, o cancelamento rompe com os princípios da dignidade humana, tal definição pode ser esclarecida pelo ministro Luís Roberto Barroso:

A dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio subjacente ao grande mandamento, de origem religiosa, do respeito ao próximo. Todas as pessoas são iguais e têm direito a tratamento igualmente digno. A dignidade da pessoa humana é a ideia que informa, na filosofia, o imperativo categórico kantiano, dando origem a proposições éticas superadoras do utilitarismo: a) uma pessoa deve agir como se a máxima da sua conduta pudesse transformar-se em uma lei universal; b) cada indivíduo deve ser tratado como um fim em si mesmo, e não como um meio para realização de metas coletivas ou de outras metas individuais. (BARROSO, 2016, p. 257).

Em face da fragmentação da integridade social, é essencial a conscientização das consequências causadas, podendo ser uma forma de combater este mal. Segundo a Psicóloga e Coordenadora do Curso de Psicologia da UniAmérica, Lissia Pinheiro destaca sobre o efeito psicológico na vítima, sendo um gatilho para depressão, transtorno de pânico e levar ao sujeito a usar drogas; assim, elucida:

Há um interesse generalizado das pessoas por fama, poder e prestígio; o status de ser celebridade no mundo atual parece conquistar muito fácil as pessoas por todos os aspectos, e a cultura do cancelamento veio como um freio a tudo isso, mas que pode ser tanto negativo como positivo, ao mesmo tempo que chama atenção, dá voz à indignação das pessoas em relação a atos e fatos criminosos e formas de preconceitos. (GUIMARÃES, 2021).

Complementa a profissional:

Neste sentido, o cancelamento pode associar-se a sensação de ostracismo, isolamento, exclusão social, experiência de anonimato, invisibilidade, perda de posição ou prestígio, entre outros aspectos, trazendo como consequência tais como depressão, ansiedade, sentimento de solidão, fracasso, incapacidade de realização. (GUIMARÃES, 2021, online).

Portanto, são inúmeras as consequências que o cancelamento causa, além da moralidade, impactos de ordem econômica, no qual a vítima poderá até perder patrocínios e empregos, pela falta de empatia e tolerância da sociedade. Por isso, é importante que seja reportado tais ações e levar ao judiciário para o seu conhecimento, pois ninguém é isento da responsabilidade de ofender a honra e a imagem de outrem, além de propagar mensagens ofensivas e criminosas, devendo

ser apreciado a reciprocidade social.

3.2 Jurisdição acerca do cancelamento

A liberdade de expressão se tornou um exercício do Estado Democrático de Direito e está disposto nos artigos 5º e 220 da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem restrição de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

(...)

Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa contribuir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Dessa forma, este direito assegura a liberdade do indivíduo de manifestar-se de forma pública e privada, tendo em vista a busca de informações e ideias através de qualquer meio de comunicação. Contudo, essa garantia não é absoluta e vai até o momento que atinja o direito de alguém. A responsabilidade serve para que haja uma obrigação de reparar o dano que seja causado a outrem considerado ilícito. No Brasil, ela foi regulamentada pelos artigos 186 e 187 do Código Civil, tendo como pressupostos ato ilícito (dolo ou culpa):

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fimeconômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Nesse caso, é possível a reparação do dano pelo ordenamento jurídico através de indenização. Cabe ao Poder Judiciário a resolução desses conflitos e as decisões serão baseadas em normas legais, instituídas pela Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, o Código Penal de 1940 e a Lei de Proteção de Dados Pessoais. A dignidade da pessoa humana é entendida como uma construção de grupos sociais

em busca de princípios e valores com a função de garantir que cada indivíduo tenha seus direitos respeitados pelo Estado. Por essa razão, o respeito aos direitos fundamentais é essencial e justamente por isso que a dignidade da pessoa humana é reconhecida como fundamental pela Constituição Federal:

Art. 1º. A república Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III – a dignidade da pessoa humana.

É necessário refletir como essas ações sobre o cancelamento têm afetado diretamente a dignidade da pessoa humana. O que mais é visto nas redes sociais são os usuários fazendo com que grupos e pessoas sejam vulneráveis, minoritários e excluídos. Nesse sentido, ocorre a violação dos direitos das minorias, a tutela jurisdicional deve ser do Judiciário, visando fixar procedimentos estabelecidos dos direitos e garantias do devido processo legal. A interatividade digital tende a levar os usuários a saberem de forma rápida sobre qualquer informação, acarretando conflitos e julgamentos, ignorando qualquer princípio e trajetória de vida e lutas de determinado grupo e pessoa. Logo, defender e respeitar a dignidade humana nas redes sociais é de suma importância, evitando abusos e resultando na pacificação social.

A extensão de crimes praticados contra a honra nas redes sociais tem crescido cada vez mais. A internet constitui um espaço enorme para expressão de diversos pensamentos, porém cabe a cada indivíduo saber se expressar e se responsabilizar por suas opiniões. O que, muitas vezes, vem sendo favorecido de forma negativa e tem provocado o aumento de litígios nos tribunais sobre as ofensas praticadas. Existem três tipos de crimes contra a honra previstos no Código Penal brasileiro, a saber, a calúnia, a injúria e a difamação; estabelecidos nos artigos 138, 139 e 140:

Calúnia

Art. 138 – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

(...)

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

(...)

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Diante do exposto, é possível a vítima buscar uma reparação jurisdicional após o dano sofrido, contudo, em grande maioria acaba acreditando em falácias sobre a utilização do meio virtual, já que foi diversas vezes falado que é um ambiente sem regras e leis, uma verdadeira lenda.

3.3 Efeitos Cíveis e Penais

A cultura do cancelamento é uma forma de imposição de “justiça social”, responsabilizando os indivíduos cancelados por atos considerados errados pela sociedade. Entretanto, não é realizada análise de veracidade dos fatos expostos e em alguns casos, tem o intuito de denegrir a imagem da pessoa alvo.

Como citado no tópico anterior, a solução cibernética aplicada pelos usuários das redes sociais tem resposta eficaz e imediata, causando o linchamento virtual, perda de fãs, clientes, patrocínios, contratos, agressões verbais ou até mesmo, físicas, ameaças de morte, além dos transtornos emocionais.

Por conseguinte, incumbe a tutela jurisdicional para reparar os danos causados aos indivíduos, enquanto as soluções para estes conflitos serão fundamentadas na Carta Magna vigente, Código Civil, Código Penal e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Primordialmente, o arguido pela sociedade será resguardado com o princípio da presunção de inocência, contraditório e ampla defesa, objetivando a defesa da sua honra e imagem. O direito de imagem, com fulcro no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, artigo 20 e artigo 944 do Código Civil, exprime que é proibido a exposição de imagem, salvo em casos autorizados e institui o respaldo à indenização, caso seja auferido a quebra deste direito. Ademais, institui a possibilidade de amparo às pessoas mortas e os legitimados para tal ação que são seus ascendentes, descendentes e cônjuges.

O artigo 1º da Lei Geral de Proteção de Dados dispõe sobre a conduta a ser seguida em rede social, devendo-se proteger os direitos fundamentais resguardados, como a liberdade, a privacidade e o desenvolvimento do indivíduo

quanto a sua personalidade.

O artigo 138 ao artigo 140 do Código Penal, dispõe sobre a proteção aos crimes contra a honra e são tipificados 3 crimes: calúnia, difamação e injúria, cuja tipificação foi acima transcrita.

A calúnia significa imputar a alguém falsamente um fato definido como crime, pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa (art.138). A difamação, consiste em imputar a alguém um fato ofensivo à sua reputação, atingindo sua honra, pena: detenção, de três meses a um ano, e multa (art.139). A injúria, ocorre quando uma pessoa dirige a outra afirmação desonrosa e que ofende a sua dignidade, ou seja, seria basicamente o que chamamos de “xingamento”. O crime de injúria ofende a honra subjetiva, ao contrário da calúnia e difamação, pena: detenção, de um a seis meses, ou multa (art.140).

O ordenamento supracitado, prevê o crime de perseguição, art.147-A, que dispõe:

Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”, pena: reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Por fim, o art. 129 prediz o crime de lesão corporal, “ato de ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”, pena: detenção, de três meses a um ano.

Em razão disso, os comentários disseminados com esse objetivo, devem utilizar o respeito aos direitos de respeito à honra, imagem, privacidade e dignidade da pessoa humana, bem como, ética em relação a veracidade dos fatos narrados, vetando abusos e buscando a paz social. Em caso de desrespeito, o indivíduo deve ser penalizado e/ou responsabilizado pelo órgão competente, visando assegurar os direitos tutelados.

3.4 O cancelamento nos Tribunais

A cultura do “cancelamento” traz consequências tanto a pessoa “cancelada”, quanto a quem realizou a conduta. Os “canceladores” podem ser responsabilizados criminalmente pela prática da perseguição (art.147-A do Código Penal), injúria (art. 140 do Código Penal), difamação (art.139 do Código Penal), calúnia (art. 139 do

Código Penal), entre outros.

Além disso, no âmbito civil, os “canceladores” podem ser responsabilizados por ofender a honra, imagem, a psique e o princípio de dignidade da pessoa humana.

O professor do curso de Direito do Uninovafapi, Marcelo Martins Eulálio, afirma:

Em relação à responsabilidade civil e criminal, qualquer pessoa vítima de ‘cancelamento’, que se considerar injustiçada, pode pleitear indenização contra quem cometeu o ato ilícito, nos termos do artigo 186 do Código Civil: ‘aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito (Uninovafapi Centro Universitário, matéria online, 2020).

Neste mesmo sentido que explicita o professor, as vítimas desta cultura estão buscando a esfera judicial, objetivando a reparação dos danos causados em suas vidas. Conforme, demonstra os acórdãos abaixo:

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMENTÁRIOS/OFENSAS EM REDE SOCIAL (FACEBOOK). EXCESSO VERIFICADO. DANO MORAL OCORRENTE. QUANTUM. MINORAÇÃO.
 - Caso em que a ré inseriu comentários na rede social (FACEBOOK) alegando que teria sido prejudicada em concurso aberto para "blogueiros". Conteúdo que permitiu vincular a suposta irregularidade à pessoa da autora. Excesso no conteúdo da publicação. **Exposição da imagem da autora perante terceiros. Responsabilidade civil configurada. - Dano moral in re ipsa. Ofensa à honra, à imagem e à psique. Lição doutrinária e jurisprudencial. - Ausente sistema tarifado, a fixação do montante indenizatório ao dano imaterial está adstrita ao prudente arbítrio do juiz. Binômio reparação e punição analisado com vistas da extensão do dano e condições das partes.** Inexistência de repercussão "viral". Valor fixado em sentença reduzido para R\$ 2.000,00. DERAM PROVIMENTO EM PARTE À APELAÇÃO. UNÂNIME. (TJ-RS; Apelação Cível, Nº 70083956839, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em: 02-07-2020) Grifos acrescidos

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMENTÁRIOS/OFENSAS POR VÍDEO PUBLICADO EM REDE SOCIAL (FACEBOOK). EXCESSO VERIFICADO. DANO MORAL OCORRENTE. QUANTUM. MINORAÇÃO. - Caso em que o réu inseriu vídeo com comentários na rede social (FACEBOOK) em razão de conflito existente entre as partes relativo à uma servidão de passagem. **Conteúdo dotado de xingamentos, deboches e ameaça. Excesso no exercício da liberdade de expressão. Exposição da imagem do autor perante terceiros. Ameaça. Responsabilidade civil configurada. - Dano moral in re ipsa. Ofensa à honra, à imagem e à psique. Lição doutrinária e jurisprudencial.** - Ausente sistema tarifado, a fixação do montante indenizatório ao dano imaterial está adstrita ao prudente arbítrio do juiz. Binômio reparação e punição analisado com vistas da extensão do dano e condições das partes. Valor fixado em sentença reduzido para R\$ 3.000,00. DERAM PROVIMENTO EM PARTE À APELAÇÃO. UNÂNIME. (TJ-RS; Apelação Cível, Nº 50002428620188210128, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em: 26-11-2021) Grifos acrescidos.

Em vista das decisões supracitadas, conclui-se que as lesões morais e ofensas ao direito de personalidade, configuram o dever de indenizar, com caráter punitivo e pedagógico para não haver repetição de conduta, fundamentadas no artigo 186 do Código Civil.

Ademais, em relação aos danos patrimoniais e financeiros ocasionados a pessoa que suportou os comentários negativos, constituiu o dever de ressarcimento, pelos danos emergentes e, ainda, os lucros cessantes, forma prevista no artigo 402 do Código Civil.

CONCLUSÃO

De acordo com que foi apresentado é depreendido que a cultura do cancelamento tem o intuito de boicotar pessoas específicas no meio virtual, se tornando um alvo de críticas e ameaças após determinados comentários, atitudes ou um posicionamento.

Com isso, é notório a expansão dessa prática, no Brasil e até mesmo no mundo, afinal após “viralizar”, o alcance de determinado post é imensurável. Desta forma, surge um conflito entre o cancelador e cancelado, travando uma guerra aos que apoiam e aos que são contra. Devido isso, essa prática gera prejuízos para todos os participantes, sendo possível responder judicialmente, em decorrência da violação à imagem, à honra e à moral, não somente, como também injúria, difamação e calúnia.

Isto posto, é necessário fazer uma observação de cada caso, analisando os dispositivos legais, como a Constituição Federal, o Código Civil, mais especificamente, o Art. 1º, inciso III, da CF, como também, o Art. 20 do Código Civil combinado com o artigo 186 e 927 e código penal, nos artigos 138 a 140, garantido a proteção da imagem, a honra e a dignidade da pessoa humana.

Diante exposto, a expectativa é que esse artigo tenha mostrado uma noção sobre o tema abordado e suas consequências e que abra um espaço no mundo acadêmico e jurídico para debates e doutrinas acerca do assunto, que visto que há muito potencial para produções acadêmicas.

REFERÊNCIAS

A CULTURA DE CANCELAMENTO: TRIBUNAL DA INTERNET. Disponível em <http://fdcl.edu.br/revista/pixels/wp-content/uploads/2020/12/fdcl_pixels_ano2_vol1_2020-1_artigo01.pdf> Acesso em 07 de maio de 2022.

A CULTURA DO CANCELAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS. A Voz da Serra, 2022. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias>>. Acesso em 14 de maio de 2022.

A CULTURA DO CANCELAMENTO NO BRASIL UMA EXPRESSÃO DA DESCRENÇA NO ESTADO DE DIREITO. Horizontes, 2021. Disponível em <<https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2021/06/a-cultura-do-cancelamento-no-brasil-uma-expressao-da-descrenca-no-estado-de-direito>>. Acesso em 05 de maio de 2022.

As problemáticas acerca do fenômeno da cultura do cancelamento. EscreverOnline, 2021. Disponível em: <<https://psalm.escreveronline.com.br/redacao/as-problematicas-a-cerca-do-fenomeno-da-cultura-do-cancelamento/>>. Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em 17 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Acesso em 17 de novembro de 2021.

BURDEAU, G. Les libertés publiques. 4. ed. Paris: Press Universitaires de France, 1972.

CALAIS, Beatriz. Festa durante isolamento pode ter causado prejuízos de R\$ 3 milhões a Gabriela Pugliesi. Forbes, 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/principal/2020/05/festa-durante-isolamento-pode-ter-causado->

prejuizos-de-r-3-milhoes-a-gabriela-pugliesi/>. Acesso em 22 de maio de 2022.

CARVALHO, H.M.R; SILVA, E.M.L. A CULTURA DE CANCELAMENTO: TRIBUNAL DA INTERNET. Minas Gerais: Revista Pixels, vol. II, 2020. Disponível em: <http://fdcl.edu.br/revista/pixels/wp-content/uploads/2020/12/fdcl_pixels_ano2_vol1_2020-1_artigo01.p>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

CULTURA DO CANCELAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. Migalhas, 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/333304/cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias-juridicas>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

Cultura do Cancelamento: Qual o impacto e as consequências dos boicotes virtuais?. Uninovafapi Centro Universitário, 2020. Disponível em: <<https://www.uninovafapi.edu.br/noticias/2020/10/28/cultura-do-cancelamento-qual-o-impacto-e-as-consequencias-dos-boicotes-virtuais#:~:text=“Em%20relação%20à%20responsabilidade%20civil,ou%20imprudência%20C%20violar%20direito%20e”>>. Acesso em 16 de maio de 2022.

Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Acesso em 19 de novembro de 2021.

DERSHOWITZ, Alan, Cancel culture. New York: Hot books, 2021. 170 p. Acesso em 17 de novembro de 2021.

DO CARMO, Rayssa Pinheiro. CULTURA DO CANCELAMENTO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO DOS CANCELAMENTOS DA GABRIELA PUGLIESI E KAROL CONKÁ. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/34451/1/Monografia_RayssaPinheiro.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2022.

Filho da cantora de forró Walkyria Santos é encontrado morto em casa. Desperta Cidade, 2021. Disponível em: <<https://despertaacidade.com/2021/08/04/filho-da-cantora-de-forro-walkyria-santos-e-encontrado-morto-em-casa/>>. Acesso em 14 de

maio de 2022.

GUIMARÃES, Naju. A cultura do cancelamento e suas consequências. UniAmérica, julho de 2021. Disponível em: <<https://uniamerica.br/blog/a-cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias>>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

GUIMARÃES, Naju. A cultura do cancelamento e suas consequências. Uniamérica: UABLOG, 2021. Disponível em: <<https://uniamerica.br/blog/a-cultura-do-cancelamento-e-suas-consequencias>>. Acesso em 28 de maio.

JR, João Batista. De Anitta a Drauzio Varella, o cancelamento destrói reputações nas redes. Veja, [S. l.], p. 1-1, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/anitta-drauzio-varella-moro-rowling-pugliesi-cancelamento/>>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

Liberdade de expressão: lei, evolução, importância e limites. Fia Business School, 2021. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/liberdade-de-expressao/>>. Acesso em 16 de maio de 2022.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Processo: 1.0470.14.003806-3/001 Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/themis/baixaDocumento.do?tipo=1&numeroVerificador=104701400380630012020871915>>. Acesso em 16 de maio de 2022.

O que há por trás da cultura do cancelamento. Holiste Excelência em Saúde Mental, 2021. Disponível em: <<https://holiste.com.br/o-que-ha-por-tras-da-cultura-do-cancelamento/>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

SENA, Letícia. De canceladora a cancelada: veja análise das polêmicas de Karol Conka no “BBB”. Istoé, 2021. Disponível em: <<https://istoe.com.br/de-canceladora-a-cancelada-veja-analise-das-polemic-as-de-karol-conka-no-bbb/>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

SOUTO, G.O; SOUZA, I.G. IMPACTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DA CULTURA DO

CANCELAMENTO E LINCHAMENTO VIRTUAL SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Tese de Conclusão de Curso – Curso de Direito, Centro Universitário UNA Instituto de ciências sociais e humanas, Contagem. 2021.

Disponível

em:

<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14578/1/TCC%20Gabriella%20Igor.%20%281%29.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2021.